

EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA: REPRESENTAÇÕES SOBRE LÍNGUA, GRAMÁTICA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Adriana Cintra de CARVALHO PINTO

Universidade de Taubaté

Lara Oliveira e SILVA

Universidade de Taubaté

Sarah Rosindo Daher de BARROS

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: Este trabalho busca identificar e interpretar as representações sobre língua, gramática e variação linguística presentes no livro *Emília no País da Gramática* (1934/2008), de Monteiro Lobato. A escolha do livro infantil parte do fato de Lobato apresentar uma linguagem criativa e discutir explicitamente questões linguísticas, refletindo sobre a língua numa perspectiva que surgiria mais tarde com os estudos linguísticos modernos, e contribuindo com a educação linguística das crianças. Para se alcançar o objetivo desta pesquisa, discutem-se conceitos de língua, gramática e variação linguística, e apresenta-se o conceito de representação adotado. Com base no Interacionismo Sociodiscursivo, representação é a reestruturação do agir humano por meio de figuras interpretativas construídas nos e pelos textos. Assim, considera-se que posicionamentos sobre objetos tematizados em enunciados podem ser observados a partir da análise de textos. De posse desses pressupostos, analisam-se os diálogos de Emília com as outras personagens, com base no modelo de análise de texto de Bronckart (2003). Os resultados revelam vozes discursivas que veem a língua como um construto social, vivo e dinâmico, sujeito a alterações no decorrer do tempo, e que criticam o academicismo gramatical da primeira metade do século passado na fala das personagens, de forma mais severa nas indagações de Emília, que demonstra habilidade intelectual e linguageira atreladas ao domínio sobre a língua, opondo-se à artificialidade e ao engessamento da gramática padrão e apresentando uma linguagem própria, a Língua da Emília, constituída de variações linguísticas.

Palavras-Chave: Monteiro Lobato; Emília nos Países da Gramática; Representações Linguísticas; Interacionismo Sociodiscursivo.

EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA: REPRESENTATIONS ABOUT LANGUAGE, GRAMMAR AND LINGUISTIC VARIATION

Abstract: *This work seeks to identify and interpret the representations about language, grammar and linguistic variation present in the book “Emília no país da Gramática” (1934/2008), by*

Monteiro Lobato. This children's book was chosen based on the fact that Lobato presents a creative language and explicitly discusses linguistic issues, reflecting on language from a perspective that would later emerge with modern linguistic studies and contributing to children's linguistic education. To achieve the objective of this research, the concepts of language, grammar and linguistic variation are discussed, and the concept of representation adopted is presented. Based on Sociodiscursive Interactionism, representation is the restructuring of human action through interpretative figures built in and by texts. Thus, it is considered that the user's critical positioning on the objects of their linguistic action can be observed through the evaluation of texts produced by the user. With these assumptions in mind, Emília's dialogues with other characters are analyzed, based on Bronckart's (2003) text analysis model. The results reveal sociodiscursive voices that consider language as living and dynamic social construct, subject to changes over time, criticizing grammatical academicism of the first half of the 20th century in the characters' dialogues, specifically in Emília's. Those dialogues show intellectual and linguistic skills underneath a broader mastery over the language, opposing the artificiality of the formal grammar and presenting its own phraseology, Emília's language, constructed by linguistic variations.

Keywords: Monteiro Lobato; *Emília no País da Gramática*; Linguistic Representations; Sociodiscursive Interactionism.

EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA: REPRESENTACIONES SOBRE LENGUA, GRAMÁTICA Y VARIACIÓN LINGÜÍSTICA

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo identificar e interpretar las representaciones sobre lengua, gramática y variación lingüística presentes en el libro "Emília no País da Gramática" (1934/2008) de Monteiro Lobato. La elección de un libro infantil se basa en el hecho de que Lobato utiliza un lenguaje creativo y aborda explícitamente cuestiones lingüísticas, reflexionando sobre el idioma desde una perspectiva que más tarde surgiría con los estudios lingüísticos modernos y contribuyendo a la educación lingüística de los niños. Para lograr el objetivo de esta investigación, se discuten conceptos de lengua, gramática y variación lingüística, y se presenta el concepto de representación adoptado. Según el Interaccionismo Sociodiscursivo, la representación es la reestructuración de la acción humana a través de figuras interpretativas construidas en y a través de los textos. Por lo tanto, se considera que las posiciones sobre objetos tematizados en enunciados se pueden observar a través del análisis de textos. Siguiendo estos supuestos, se analizan los diálogos de Emília con los demás personajes, basándose en el modelo de análisis de texto de Bronckart (2003). Los resultados revelan voces sociodiscursivas que ven el idioma como un constructo social, vivo y dinámico, sujeto a cambios con el tiempo, y que critican el academicismo gramatical de la primera mitad del siglo pasado en el habla de los personajes, de manera más severa en las interrogantes de Emília, quien muestra habilidades intelectuales y lingüísticas vinculadas al dominio del idioma, oponiéndose a la artificialidad y rigidez de la gramática estándar y presentando un lenguaje propio, el "Lenguaje de Emília," compuesto por variaciones lingüísticas.

Palabras-clave: Monteiro Lobato; *Emília no País da Gramática*; Representaciones lingüísticas; Interaccionismo Sociodiscursivo

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema as representações sobre língua, gramática e variação linguística na obra infantil *Emília no País da Gramática*, de Monteiro Lobato (1882-1948). A escolha desse tema se justifica, primeiramente, pela retomada que Lobato faz, em toda sua obra, do ideal romântico de liberdade da linguagem, construindo uma narrativa criativa e inovadora, que foi elogiada pelo modernista Oswald de Andrade (1890-1954), quem a considerou revolucionária.

Lobato foi um autor que rompeu com os padrões literários e linguísticos da época, aproximando-se dos modernistas brasileiros, embora tenha sido rotulado como antimodernista. No entanto, visões sobre a linguagem aparecem reconfiguradas não só no seu estilo, como também nas discussões explícitas sobre o agir languageiro na obra *Emília no País da Gramática*, que foi publicada em 1934 e que traz, logo no título, um elemento linguístico –gramática. Nessa obra infantil, algumas personagens do Sítio do Picapau Amarelo visitam o País da Gramática e, antes e durante a visita, dialogam sobre aspectos linguísticos. Emília é a personagem que desenvolve linguagem própria e que faz análises linguísticas atrevidas e audaciosas ao conversar com as personagens do sítio e com os habitantes do País da Gramática, refletindo sobre a língua, a gramática e a variação linguística.

Diante disso, este trabalho objetiva identificar e interpretar as representações sobre língua, gramática e variação linguística presentes no livro *Emília no País da Gramática* (Lobato, 1934/2008), com intuito de revelar vozes ou visões sociodiscursivas sobre esses temas construídas nas e pelas falas das personagens. Para tanto, este estudo se organiza em duas seções, seguidas da conclusão.

Na primeira seção, têm-se as concepções de língua, gramática e variação linguística num panorama sócio-histórico do século XIX à segunda metade do século XX. A partir dessas concepções, e do modelo de análise de texto de Bronckart (2003), na segunda seção, são identificadas e interpretadas as representações sobre língua, gramática e variação linguística em

Emília no País da Gramática. Ainda que a obra tenha sido publicada na década de 1930, estende-se esse panorama histórico até 1990, porque partimos da hipótese de que algumas representações antecipam a perspectiva social, que surgiria, mais tarde, com a Sociolinguística e com outros estudos linguísticos modernos. Isso parece colocar o autor como um usuário atento aos fatos da própria língua.

Na segunda seção, além dos procedimentos metodológicos de análise do *corpus*, destacando-se como se pode identificar e interpretar representações, apresenta-se representação como a reestruturação do agir humano por meio de figuras interpretativas construídas nos e pelos textos. Assim, considera-se que posicionamentos sobre objetos tematizados em enunciados podem ser observados a partir da análise de textos. Nessa segunda seção, também serão apresentados os resultados da análise textual e a discussão desses resultados.

Espera-se que este estudo também contribua com a descoberta do autor que, ao atribuir vozes a suas personagens, demonstra conhecer o debate sobre língua e até sobre o ensino de língua existente em sua época.

2. CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E LÍNGUA

Não existe uma única gramática (Possenti, 1996; Travaglia, 1997). O falante, ao adquirir a língua, passa a possuir muito mais do que um catálogo de signos linguísticos. Ele internaliza regras que regem o funcionamento do sistema linguístico como um todo, em todos seus planos, e que lhe permitem reconhecer e compreender as sentenças proferidas por outros falantes dessa linguagem. A essas regras internalizadas, concluem os autores, dá-se o nome de gramática internalizada. A gramática internalizada leva em consideração os princípios de construção, interpretação e uso de textos em conformidade com situações diferentes de interação comunicativa.

Para Possenti (1996), os linguistas, com a finalidade de descrever a gramática internalizada pelo falante, estabelecem modelos teóricos descritivos do sistema de regras para sua ordenação, seguindo princípios científicos de trabalho com um *corpus* de mostras de fala nativa. Esses modelos teóricos constituem a segunda gramática, a gramática descritiva, que

objetiva descrever as regras da língua, que é considerada um sistema estruturado em vários níveis, e registrar seus aspectos, estando livre de qualquer juízo de valor sobre a língua. Aqui, as regras trazem consigo a ideia de regularidade e constância. Para essa gramática, os estudos linguísticos estruturalistas do início do século XX trouxeram importante contribuição.

Travaglia (1997) afirma que a gramática descritiva registra, em relação a um dado momento de sua existência da língua (portanto numa abordagem sincrônica), as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construções possíveis e a função desses elementos.

Na primeira metade do séc. XX, um conceito importante para esses estudos descritivos é o de gramaticalidade. Ao se descrever as regras estruturais de uma língua, permite-se o conhecimento do que é (ou não) possível nela, ou seja, do que apresenta (ou não) gramaticalidade. De acordo com o que explica Travaglia (1997, p. 27), gramatical será, então, tudo que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística, num determinado tempo de sua existência. O critério é propriamente linguístico e objetivo. Assim, os estudos linguísticos de 1910 a 1950 procuraram descrever minuciosamente os componentes estruturais de cada língua: fonema, morfema, frase e significado das palavras e das frases.

Entretanto, a partir dos anos 60 do século XX, os linguistas começaram a perceber que a linguagem verbal humana não se organiza e se realiza apenas nos níveis estruturais: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. As produções reais de linguagem, nas situações de comunicação, de alguma maneira organizam esses componentes estruturais da língua em um nível extralinguístico, composto de inúmeros fatores contextuais, históricos, sociais e culturais que dão forma e permitem a construção de sentidos para as produções de linguagem e a diversidade da língua.

Para anular essas formas e usos presentes no dizer dos usuários e impor um conjunto de regras, que passam a ser obrigatórias sob pena de sanção, é que existia, já no século XIX, a gramática normativa. Essa terceira gramática tem como base a gramática tradicional de origem grega – a arte de bem falar - e trata de um conjunto de regras impostas por uma convenção. Esse tipo de gramática possui utilização comum em âmbito pedagógico e incorpora os princípios do certo e do errado na língua. No Brasil, a gramática normativa recorre a uma língua padrão cujos pressupostos são relacionados ao português lusitano, que se diferencia em inúmeros

aspectos do português brasileiro. As regras, geralmente, são baseadas em textos literários escritos, que formam o cânone escolar.

A pressão normativa será mais ou menos intensa de acordo com diferentes fatores – caso do gênero do discurso do qual se vale o sujeito na situação em que se encontra; do nível de formalidade envolvido nela; do grau de divulgação da regra em questão, sendo mais incidentes, por exemplo, os padrões ortográficos, lexicais e sintáticos do que os aspectos estilísticos.

A gramática normativa pode ser aproximada ao conceito de norma-padrão explicado por Faraco (2008). Na definição desse autor, a norma em questão é a idealização dos usos linguísticos de uma comunidade oficial, estabelecida no confronto histórico de construção de cultura nacional. Por isso, Faraco (2008, p. 78) explica que

[...] o padrão tem sua importância e utilidade como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo que caracteriza as línguas, em especial nas situações em que se busca alcançar certa uniformidade que atenua uma intensa dialetização. O padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas.

O estabelecimento de um padrão de língua, com caráter oficial, funciona como uma força centralizadora, unificadora, buscando conter a heterogeneidade linguística.

Assim, Faraco e Zilles (2017, p. 19) explicam que essa norma padrão, “[...] é um modelo idealizado construído para fins específicos; não é, portanto, uma das tantas normas presentes no fluxo espontâneo do funcionamento social da língua, mas um construto que busca controlá-lo”.

No caso brasileiro, a norma em questão foi concebida de modo peculiarmente artificial em meados e fins do século XIX, porque a referência empregada foi de origem portuguesa europeia, sendo ela “[...] o eventual uso de escritores portugueses do Romantismo e do chamado período clássico (desde que [...] tal uso abonasse as regras que se iam inventando” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 158). Isso se deu, porque, no Brasil, a criação da norma-padrão não

correspondeu a uma tentativa de uniformizar profundas divergências dialetais nem de contribuir com a criação de uma recente identidade nacional, mas a uma aproximação identitária com a Europa, como explica Faraco (2008, p. 79).

Por trás da atitude excessivamente conservadora dessa elite letrada [elite brasileira], reagia-se sistemicamente a tudo aquilo que nos diferenciava do modelo linguístico lusitano por ela escolhido para padronizar a fala e a escrita no Brasil. Em outras palavras, Faraco (2008), declara que o propósito da norma-padrão era o apagamento das variedades populares do português brasileiro.

Porém, conforme Faraco e Zilles (2017, p. 31), “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multiformes”, pois estão intimamente ligadas à pluralidade histórica, social e cultural dos próprios falantes.

Os diferentes usos linguísticos de comunidades de falantes são as variações linguísticas. Essa máxima se consolida com a sociolinguística variacionista, que surge nos anos de 1960 e que se encarrega de “[...] correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (Camacho, 2001, p. 50).

Os estudos sociolinguísticos já demonstram que não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. As diferentes formas de dizer ou as variações linguísticas ocorrem em todos os níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático, lexical. Às formas linguísticas em variação se dá o nome de “variantes linguísticas, variedades linguísticas, variedades dialetais sociais, formas linguísticas” (Camacho, 2001, p.51). Qualquer um dos termos se refere às diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

Camacho (1988) compreende as variações linguísticas como tendo quatro naturezas extralinguísticas: histórica, geográfica, social e estilística. A primeira delas, também nomeada de diacrônica, diz respeito à substituição de uma variante por outra, que acontece, em certo momento, com coexistência entre elas, até que uma prevaleça. Para que isso ocorra, a nova

variante é contemplada por um grupo de destaque socioeconômico até consolidar-se como normal naquele contexto.

A segunda natureza de variação explicada por Camacho (1988) é a geográfica, que está ligada a diferentes comunidades linguísticas, espacialmente localizadas, que integram uma comunidade maior. Os limites dessas comunidades, em um mesmo país, não necessariamente correspondem às divisas geográficas, pois aquilo que as caracteriza é “um centro cultural, político e economicamente polarizador” (Camacho, 1988, p. 31). As diferenças entre as comunidades linguísticas podem ser notadas, dentre outros aspectos, a partir da pronúncia, da sintaxe e do vocabulário.

O terceiro tipo de variação elencado pelo linguista, de caráter social, relaciona-se à diferenciação no uso da língua por membros de uma comunidade sociocultural, mesmo que façam parte de um mesmo espaço geográfico. Nesse âmbito, identifica-se a classe social do falante, o seu nível de escolaridade, a sua idade e o seu gênero. Camacho (1988, p. 33) ressalta o caráter apreciativo dessa variação: “[...] o uso de certas variantes é indício, numa sociedade estratificada, do nível socioeconômico e cultural de seus membros e, portanto, indício de alto ou baixo grau de prestígio”.

O último aspecto elencado pelo autor é o da variação estilística, definida como mudança no uso linguístico de um mesmo falante, com a finalidade de melhor se adequar às diferentes situações comunicativas. De acordo com Camacho (1988, p. 34), “tal adequação decorre de uma seleção dentre o conjunto de formas que constitui o saber linguístico individual, de um modo mais ou menos consciente”.

Assim, para Marcuschi (2016), língua, que era sinônimo de norma-padrão no século XIX e de sistema de regras no início do século XX, passa a ser fenômeno social a partir da segunda metade do século XX.

3. LÍNGUA, GRAMÁTICA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA

Para se depreender as representações que o texto constrói sobre língua, gramática e variação linguística em Emília no país da gramática, este estudo parte da ideia de Bronckart, (2003), para quem os textos são o instrumento no qual e pelo qual o ser humano emite

interpretações e avaliações relativas às propriedades de seu agir. Em outras palavras, todos os textos reconfiguram ou representam o agir humano, como o agir linguageiro, veiculando interpretações sobre ele e podendo contribuir para a clarificação das ações humanas e para a construção de modelos de agir humano. Com base em Bronckart, este trabalho entende, portanto, que representar o agir humano significa reestruturar o agir humano por meio de figuras interpretativas construídas nos e pelos textos. E pressupõe que posicionamentos e visões subjetivas e sociais em relação aos objetos tematizados nos e pelos textos podem ser observados a partir da análise desses textos.

Bronckart (2003) sugere um modelo de análise de texto, que seria constituído por quatro níveis: nível contextual, nível organizacional; nível linguístico-discursivo e nível semântico.

Adaptando esse modelo, esta pesquisa responde duas perguntas de análise:

a) Em que contexto se insere a obra *Emília no País da Gramática* e como ela se organiza? (nível contextual e organizacional)

A produção infantil do escritor taubateano Monteiro Lobato apresenta duas fases: década de 1920, que se inicia com a publicação de *A Menina do Narizinho Arrebitado*, e década de 1930, que se inicia com a volta do escritor dos Estados Unidos, onde morou. Segundo Albieri (2006), o objetivo do autor, na primeira fase, era recrear e fazer com que a criança tomasse o gosto pela leitura, e, na segunda fase, era recrear e instruir.

A literatura infantil surge no Brasil logo nas primeiras décadas do século XX, porém não como algo genuinamente nacional, mas sim como uma literatura traduzida de outros países. Tais adaptações demonstravam para o público-leitor um excesso de erudição linguística, o que dificultava a compreensão das crianças. Assim, elas não tinham interesse em ler. Nessa época, alguns autores brasileiros tenham começado a dedicar algumas de suas obras às crianças, como Olavo Bilac e Coelho Neto. No entanto, a literatura infantil ainda era construída nos moldes da

literatura indo-europeia, destinada às crianças da sociedade burguesa, conforme afirma Vieira (2004).

Uma das poucas exceções é Thales de Andrade. Com a publicação de seus livros *A Filha da Floresta*, em 1918, e *Saudade*, em 1919, que foram criticados de forma elogiosa por Monteiro Lobato. Thales de Andrade foi elevado à condição de pioneiro da literatura infantil brasileira. Para o autor taubateano, *Saudade* associa recreação à instrução, traz simplicidade para o estilo literário e uma protagonista criança interiorana, o que provavelmente encantou Lobato, que, em 1920, lançou o livro *A Menina do Narizinho Arrebitado*, cujas personagens centrais são crianças moradoras de um sítio.

Tendo esse contexto em mente é que Candido (1999) afirma que as obras infantis do escritor taubateano são de uma invenção original e moderna, escritas em linguagem da mais encantadora vivacidade. A indagação presente em *Iniciação à Literatura Brasileira* corresponde à mudança que os enredos voltados aos pequenos leitores começaram a ter a partir dessas publicações, passando a ser de crianças e não apenas para crianças, o que despertou, no público-alvo, o gosto pela leitura.

Nos anos 30, devido, à amizade com Anísio Teixeira, idealizador da Escola Nova, Lobato passa a produzir títulos nos quais o ensino e a aprendizagem das disciplinas gramática, aritmética, geografia, física e astronomia são o pretexto para as aventuras das personagens do sítio, como se constata em *Emília no País da Gramática*, de 1934.

Conforme Albieri (2006), a inovação levada a cabo por Lobato neste livro é o fato de seus livros serem paradidáticos, ou seja, o público-alvo da obra é a criança em fase escolar. Mas, mesmo considerados paradidáticos, esses livros mantêm a mescla ficção/realidade ou recreação/instrução. E percebe-se, nesses enredos, um trabalho conjunto de narrativa e linguística usado pelo autor na construção de uma fácil identificação aos leitores, trazendo elementos comuns à realidade de inúmeras crianças pelo país, fato que, segundo Camara (2015), é consequência da capacidade de Lobato trazer para o universo de sua literatura o que é próprio da infância brasileira.

Em relação ao ensino de língua, Lobato vive sua infância e juventude no período do ensino obrigatório da língua do colonizador e silenciamento das línguas dos colonizados, bem

como o período da homogeneização cultural pela via da homogeneidade linguística, da tradição gramatical reforçada e do ensino prescritivo. (Stieg e Alcântara, 2017).

Quanto à organização da obra, *Emília no País da Gramática* é predominantemente dialogal, e os diálogos presentes se compõem de conversas entre as crianças, o rinoceronte Quindim e os “habitantes do país”, que são as categorias gramaticais personificadas. Há um narrador em 3ª pessoa, cujas intervenções são mínimas. A história começa com D. Benta explicando gramática para Pedrinho, que não entendia o conteúdo da disciplina por causa da forma que a escola a ensinava. Diante disso, Emília tem a ideia de visitar o País da Gramática - povoado por sons, palavras e períodos - para estabelecer experiências concretas com o objeto de estudo e, assim, entendê-la melhor. Quindim, o rinoceronte, leva Emília, Pedrinho, Narizinho e Visconde para lá, e é ele quem tudo mostra e explica. Em 26 capítulos, os personagens interagem com os fonemas, morfemas; origem, formação e classificação de palavras; estrutura da frase; função e relação sintática das palavras no período e ortografia, à medida que visitam as cidades do país.

O referente língua é tematizado, de forma regular, no livro e em toda obra infantil de Monteiro Lobato, principalmente pela incorporação do que se chama Língua da Emília (termo empregado e definido pelo narrador em “O centaurinho”, em *Histórias diversas*, 1947 (Lobato, 2011, p. 72).

Língua da Emília é a língua da boneca de pano, a língua de todos, a combinação irreverente da palavra com o gesto. Um conjunto de recursos linguísticos, como os neologismos, e paralinguísticos apropriados que comunicam críticas às coisas institucionalizadas e, ao mesmo tempo, valoriza a língua falada e o universo cultural das crianças.

As críticas da Emília são também as críticas de Lobato à sua época dominada pelo academicismo e convencionalismo. Naquele tempo, língua era vista como um sistema homogêneo, uniformizado na norma padrão; norma padrão tinha sido criada a partir da norma de prestígio do sec. XIX, mas estava distante da norma culta brasileira; ensinar língua era ensinar gramática normativa, descrição gramatical, classificações, nomenclaturas.

Certamente, a bonequinha é manipulada pelo autor; todavia, a certa altura da criação do artista, ela ganha vida própria. [...] A bonequinha Emília é um artifício construído por Monteiro Lobato para dizer e fazer

o que ele queria. Trata-se de uma personagem menos humana, e esse “menos” faz toda a diferença, pois é nele que estão manifestadas as ideias audaciosas lobatianas [...] (Azevedo, Alves E Amorim, 2021, p. 46).

Segundo Mattos e Silva (1995), Monteiro Lobato, nas falas de suas personagens, trouxe o debate sobre dificuldades que o falante enfrentava em relação a imposição de uma normapadrão que só seriam analisadas a fundo, pelo menos, trinta anos depois.

Na vida real, Monteiro Lobato assumia suas divergências em relação à gramática normativa e falava guiar-se pelo faro, pelo aspecto visual e sonoro da frase. A adoção desses critérios demonstra domínio da gramática internalizada da língua.

b) Quais os trechos de diálogos em que aparecem os temas língua, gramática e variação linguística e qual a interpretação que Emília e as demais personagens fazem desses temas? (nível linguístico-discursivo e nível semântico)

Emília no País da Gramática põe em discussão temas da gramática tradicional e suas limitações e acena para o modo como podem ser administradas, sempre em coerência com a gramática internalizada e descritiva. Ao propor uma maneira diferente de lidar com essas questões, Emília e Quindim, principalmente, pautam uma ruptura com a gramática tradicional

normativa, que já ecoava nos primeiros decênios do século XX no Brasil, a partir da Semana de Arte Moderna (1922), como pode ser visto nos trechos abaixo:

Trecho A

“Dona Benta, com aquela paciência de santa, estava ensinando gramática a Pedrinho. No começo Pedrinho rezingou.

— **Maçada, vovó. Basta que eu tenha de lidar com essa caceteação lá na escola.** As férias que venho passar aqui são só para brinquedo. Não, não e não. . .

[...] Pedrinho fez bico, mas afinal cedeu; e todos os dias vinha sentar-se diante de Dona Benta, de pernas cruzadas como um oriental, para ouvir explicações de gramática.

— Ah, assim, sim! — dizia ele. — **Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios. . .**” (LOBATO, 2008, p.14, grifo nosso)

Na fala de Pedrinho, estudar as regras gramaticais não passava de uma “caceteação” (tarefa aborrecedora, maçante), e trocar os brinquedos pelo estudo de uma disciplina tão desagradável era “maçada” (tarefa penosa). Pedrinho parece exposto ao método que norteava o ensino de gramática na instituição escolar na época de Lobato: a obrigação, que, muitas vezes, elimina o prazer naquilo que se estuda, e o ato de decorar, que não promove o entendimento. Estudar gramática seria decorar regras obrigatórias e, aparentemente, sem importância para a prática linguística.

Pedrinho, ao diferenciar a maneira institucional de ensinar gramática da que é ensinada pela avó no sítio, é porta-voz de grupos discursivos que criticavam o método convencional de aprendizagem escolar da língua, sendo influenciados pelos princípios da Escola Nova, preconizada por Anísio Teixeira. A Escola Nova propunha uma nova maneira de lidar com o conhecimento, ou seja, pela experiência, concebendo as crianças como atores. A experiência

como nova maneira de lidar com o conhecimento é proposta pela irreverente boneca Emília, depois de terminada a lição.

Trecho B

“— Pedrinho, **por que, em vez de estarmos aqui a ouvir falar de gramática, não havemos de ir passear no País da Gramática?**

O menino ficou tonto com a proposta. — Que lembrança, Emília! Esse país não existe, nem nunca existiu. **Gramática é um livro.**” (LOBATO, 2008, p.15, grifo nosso)

Pedrinho revela que o único contato com a gramática era pelo livro didático e não pelo uso e pela interação com práticas discursivas. Sendo assim, não era somente interessante ouvir falar de gramática, mas sim, vivê-la, propor questões sobre ela, investigá-la – enfim - conhecê-la; atrelado a tudo isto está a noção de passeio, ou seja, não se trata de obter o conhecimento por obrigação, mas por ação e prazer.

É também em Emília no País da Gramática que Quindim, irônica e arbitrariamente, recebe este nome da boneca. O rinoceronte aparece, pela primeira vez, em Caçadas de Pedrinho (1933), e é descrito como um animal tipicamente africano, “ferocíssimo e traiçoeiro”, além de “incomodamente grande”.

Trecho C

“— Que tantas cidades são aquelas, Quindim? — perguntou Emília.

Todos olharam para a boneca, franzindo a testa. Quindim? Não havia ali ninguém com semelhante nome.

— Quindim — explicou Emília — é o nome que resolvi botar no rinoceronte.

— Mas que relação há entre o nome Quindim, tão mimoso, e um paquiderme cascudo destes? — perguntou o menino, ainda surpreso.

— A mesma que há entre a sua pessoa, Pedrinho, e a palavra Pedro — isto é, nenhuma. **Nome é nome; não precisa ter relação com o "nomado"**. Eu sou Emília, como podia ser Teodora, Inácia, Hilda ou Cunegundes. Quindim!. . . **Como sempre fui a botadeira de nomes**

lá do sítio, resolvo batizar o rinoceronte assim — e pronto! Vamos, Quindim, explique-nos que cidades são aquelas. (LOBATO, 2008, p.18, grifo nosso)

O diálogo que envolve a nomeação de Quindim se insere numa questão decisiva do ponto de vista do estudo da significação, iniciado por Saussure, no final do século XIX: a arbitrariedade do signo, explicada despretensiosamente, porém, de forma muito clara pela “botadeira” de nomes do sítio. Aqui, além de Emília conseguir explicar um elemento da semântica, também revela sua capacidade de criar palavras a partir do domínio dos morfemas da língua, demonstrando domínio sobre a gramática internalizada e descritiva.

Os neologismos “nomado” e “botadeira” ocorrem a pelo processo de derivação por sufixação, (radical “nome” + sufixo “ado” ; radical “bota” + consoante de ligação “d” + sufixo “eira”). Nesses neologismos, frutos da morfologia derivacional, vemos a criação de novas palavras por meio de palavras ou morfemas já existentes.

No livro analisado, Emília é responsável pela grande coleção de neologismos, que ocorre graças ao domínio do autor sobre o nível morfológico derivacional da língua portuguesa. Esse domínio cria um léxico cabível à linguagem infantil, usado estritamente pela boneca e oriundo de palavras preexistentes, modificadas pelos processos de formação delas. A personagem

apresenta tais neologismos como consequência de situações sociais, mas também envolvendo contextos situacionais, reproduzindo formas de variação social.

Aqui gramática é sinônimo de norma internalizada. E língua se caracteriza pela vivacidade presente em todos seus níveis, como o morfológico.

Trecho D

“ [...] E reparem que em cada palavra há uma Sílabas mais emproada e importante que as outras pelo fato de ser a depositária do ACENTO TÔNICO. Essa Sílabas chama-se a TÔNICA.

— O mesmo nome da mãe de Pedrinho!... — observou Emília arregalando os olhos.

— Não, boba. Mamãe chama-se Tonica e o rinoceronte está falando em Sílabas TÔNICA. É muito diferente.

“— Perfeitamente — confirmou Quindim. — No nome de Dona Tonica a Sílabas Tônica é NI; e na palavra que eu disse a Sílabas Tônica é o TO. E na palavra PEDRINHO, qual é a Tônica?

— DRI — responderam todos a um tempo.

— **Isso mesmo. Mas os senhores gramáticos são uns sujeitos amigos de nomenclaturas rebarbativas, dessas que deixam as crianças velhas antes do tempo. Por isso dividem as palavras em OXÍTONAS, PAROXÍTONAS e PROPÁROXÍTONAS, conforme trazem o Acento Tônico na última Sílabas, na penúltima ou na antepenúltima.**

— Nossa Senhora! Que "luxo asiático"! — exclamou Emília. — Bastava dizer que o tal acento cai na última, na penúltima ou na antepenúltima. Dava na mesma e não enchia a cabeça da gente de tantos nomes feios. Propároxítona! Só mesmo dando com um gato morto [...]"

— **Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua e estudam o comportamento delas, xingam-nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras e as faz e desfaz, e esquece umas e inverna outras, é o dono da língua – o Povo [disse Quindim]."** (LOBATO, 2008, p.20, grifo nosso).

Emília, a boneca falante, expressa, indignação com relação à nomenclatura rebarbativa. Entretanto, a revolta da boneca não é com a língua, mas com os gramáticos que que ignoram as capacidades cognitivas de o usuário conhecer a língua. Para complementar, Quindim, aquele que seria o professor que promove mediação das crianças com o conhecimento

sobre linguagem, aproveita as reflexões de Emília e a ajuda a se aprofundar nelas trazendo uma premissa sociolinguística de que os gramáticos podem engessar a língua num conjunto de regras, mas é o povo, ou seja, os falantes, que podem transformá-la, pois a língua se constrói no uso.

Trecho E

“O porteiro mostrou-se atrapalhado, porque era a primeira vez que aparecia por ali uma repórter daquela marca (Emília). A cidade da língua costumava ser visitada apenas por uns **velhos carrancas, chamados filólogos, ou então por gramáticos e dicionaristas, gente que ganha a vida mexericando com as palavras, levantando o inventário delas, etc.**”

[...] dirigiram-se todos para a casa da Senhora Etimologia. Encontraram lá uma **velha coroca**, de nariz recurvo e uma papeira – a papeira da sabedoria. Encontraram-na com a casa entupida de filólogos, gramáticos e dicionaristas.” (LOBATO, 2008, p.32, grifo nosso).

Até a década de 1910, a língua era estudada numa perspectiva histórica por filólogos, gramáticos e dicionaristas que se preocupavam em explicar a língua presente com elementos da língua no passado. Isso justifica o narrador chamá-los de velhos carrancas. Na voz do narrador, vê-se o conhecimento sobre estudos linguísticos anteriores à Linguística.

Trecho F

“— É fácil de compreender isso — observou a velha (Etimologia). — As pessoas cultas aprendem com professores, e, como aprendem, repetem certo as palavras. Mas os incultos aprendem o pouco que sabem com outros incultos, e só aprendem mais ou menos, de modo que **não só repetem os erros aprendidos como perpetram erros novos, que por sua vez passam a ser repetidos adiante. Por fim, há tanta gente a cometer o mesmo erro que o erro vira Uso e, portanto, deixa de ser erro.**” (LOBATO, 2008, p.34, grifo nosso).

A Etimologia chama de erro o que é variação linguística. E evidencia que, para que essa variação linguística seja legitimada e considerada pertencente à língua, deve ser aceita pela comunidade para que se transforme em norma. A ideia de língua viva existe, mas ainda se pensa

na diferença como erro. Neste trecho também se mostra a crença de que o erro está presente nas variantes populares e de que a norma culta é homogênea assemelhando-se à norma padrão ensinada pelo professor na escola. Preconceitos que prevaleciam naquela época e que se perpetuam até hoje.

Trecho G

“— E assim se foi formando, e se vai formando a língua (disse a Etimologia). Uma língua não para nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que diziam os clássicos. – Que vem a ser clássicos? – perguntou a menina (Emília). **Os entendidos chamam clássicos aos escritores antigos, como o Padre Antônio Vieira, Frei Luís de Sousa,, o Padre Manuel Bernardes e outros. Para os carrancas, quem não escreve como eles está errado.**” (LOBATO, 2008, p.35, grifo nosso).

Lobato, retomando o ideal romântico, queria uma gramática padrão que tivesse como referência a linguagem dos escritores nacionais. No caso brasileiro, a norma em questão foi concebida de modo peculiarmente artificial em meados e fins do século XIX, porque a referência empregada foi dos escritores clássicos portugueses. Além disso, neste trecho, vê-se também a crítica ao fato de a norma-padrão se construir por uma escrita do passado, reforçando a ideia equivocada de que escrita seria a língua de todos e que a escrita não varia, por isso podemos continuar imitando a escrita do passado.

Trecho H

“— Pois é isso, meus meninos (disse a Sintaxe). Sou quem faz estas palavrinhas comportarem-se como é preciso dentro das Orações. **Obrigo-as a terem boas maneiras, a seguirem as regras do bom-tom. Forço o Verbo a concordar sempre com o Sujeito e o Adjetivo a concordar com o Substantivo. (...)** Se não fossem as minhas exigências, as frases

virariam verdadeiras bagunças. Passo a vida fiscalizando a concordância das senhoras palavras.” (LOBATO, 2008, p.41, grifo nosso).

Algumas regras próprias do nível estrutural da língua chamado sintaxe aparecem explicitadas. É nesse nível que as variações ficam mais evidentes, principalmente as variações de concordância, que servem para estigmatizar seus falantes. Por isso, a gramática normativa age com tanto rigor e fiscalização. Vê-se, neste trecho, a ideia de que o falar que se distancia das regras prescritivas seria uma bagunça, pois só as regras prescritivas organizariam o dizer.

Trecho I

“Pegue o Ditongo e vá botá-lo onde achou. **Você não é Academia de Letras para andar mexendo na língua...** (disse Visconde a Emília)” (LOBATO, 2008, p.48, grifo nosso).

Visconde adverte Emília, que quer mexer na forma de grafar os ditongos porque nem sempre os dois fonemas vocálicos são pronunciados. Ele lembra que a boneca não tem a licença poética dos acadêmicos. Aqui fica clara a relação entre língua e poder que Lobato sempre destacou e da qual se apropriava nas suas criações.

Nos fragmentos de Emília no País da Gramática levantados nesta seção, há vozes que comunicam crítica a instituições e, ao mesmo tempo, valorizam a língua falada, marginalizada pela academia, e o universo cultural das crianças, demonstrando visão de cunho moderno e linguístico para a época.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra Emília no País da Gramática, a gramática visitada é um lugar onde se pode entrar, mas que não se pode mudar, visto ser formada por regras estruturais fixas a serem seguidas por todos os falantes, que devem primar pela arte convencional do bem falar. É a

gramática que nasce da norma padrão e da tradição gramatical grega; é legitimada pelos gramáticos e acadêmicos e ensinada pela escola como sinônimo de língua.

Emília, ao entrar neste país, é quem, mais veementemente, opõe-se às regras engessadas, pois a personagem boneca tem uma linguagem própria, fruto de seu domínio sobre a gramática internalizada e do uso da língua.

Na fala de Emília, há a tese de que é o usuário que, em situações concretas de interação comunicativa, faz a língua. A língua, portanto, não seria constituída pela homogeneidade linguística, mas, sim, pela heterogeneidade das variações linguísticas.

Nessas representações, percebe-se um confronto entre o conhecimento velho e o conhecimento moderno sobre a língua, alicerçado pelos estudos linguísticos do século XX.

Enfim, vozes diferentes se inter cruzam no texto, criando um debate que ainda não tinha ganhado expressivo espaço social fora da ficção.

No atrevimento de Emília, encontra-se a capacidade de o autor trazer para o imaginário infantil discussões linguísticas e educacionais audaciosas para seu tempo.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, T. de M. Lobato: A cultura gramatical em Emília no país da gramática. **Sínteses**. Campinas-SP, v. 11, p.9-35, 2006.

AZEVEDO, I. M.; ALVES, L. M. N.; AMORIM, M. de S. **Emília no País da Gramática**: a moderna gramática de Monteiro Lobato, 2021. Disponível em <https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2021/O_tecido_do_texto/2021_O_tecido_do_texto_cap3.pdf> Acesso em 30 de jul. de 2022.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo Edusp: 2003.

CAMARA, T. M. N. de. O ludismo lexical de Monteiro Lobato. **CADERNO SEMINAL DIGITAL**, ano 21, n.23, v.1, jan-jun de 2015, p. 258-274, 2015.

CAMACHO, R. G. A variação linguística. *In*: SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus** – Coletânea de textos, vol. I. São Paulo: SEE-SP/CENP, 1988. p. 29-41.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística. Parte II. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-47.

- CANDIDO, A. **Iniciação à literatura brasileira**. 3ªed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP , 1999.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- LOBATO, M. **Emília no País da Gramática**. 11ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- LOBATO, M. **Histórias diversas**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- MARCUSCHI, L. A. O papel da linguística no ensino de línguas. **DIADORIM**. Rio de Janeiro, n.18, v. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2016.v18n2a5358>. Acesso em 30 de julho de 2022.
- MATTOS, S; SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da UFBA, 1995.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.
- STIEG, V.; ALCÂNTARA, R. G. DE. O percurso histórico do ensino de língua portuguesa e os documentos oficiais: da Lei 5692/71 à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista de Estudos de Cultura**. Vitória, v. 1, n. 7, p. 15-29, jan.- abr. 2017.
- VIEIRA, A. S. **“Viagens de Gulliver ao Brasil”**. Estudo das adaptações de Gulliver’s Travel por Carlos Jansen e Monteiro Lobato. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, 2004.

Adriana Cintra de CARVALHO PINTO

Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
Mestra em Linguística Aplicada e Licenciada em Letras pela Universidade de Taubaté;
Professora do Programa de Pós-graduação de Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté;
Coordenadora Pedagógica do Curso de Letras – Licenciatura Presencial – da Universidade de Taubaté, e Professora de Língua Portuguesa da Faculdade Dehoniana;

Lara Oliveira e SILVA

Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté; Licenciada em Letras pela Universidade de Taubaté; Professora de Português, Inglês e Matemática na Unidade Kumon Jardim das Nações.

Sarah Rosindo Daher de BARROS

Mestranda como aluna especial em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Licencianda em Letras pela Universidade de Taubaté; Professora do Estado de São Paulo na escola Professor José de Paula França.